

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Povantim nº 80Class.: 35Data: 10/85

Pg.: _____

Rikbaktsa exigem Japuira de volta

Munidos de uma farta documentação, enfeitados com cocares e colares e armados com bordunas, onze índios *Rikbaktsa* (*Canoeiros*) confirmaram em Brasília, em entrevista coletiva à imprensa, dia 9 de setembro pp., as denúncias de que, no final de julho, um contingente de 50 soldados da Polícia Militar de Mato Grosso, acompanhado por 12 jagunços da Fazenda São Marcos, invadiu a área indígena de Japuira, espancou e prendeu índios — homens e mulheres — e, para acuá-los, espalhou gasolina e incendiou a mata.

A agressão foi preparada alguns dias antes, quando o antropólogo Célio Horst foi à área indígena com a missão de “convencer” os *Rikbaktsa* a abandonar a Japuira. “Nós nunca deixamos de ocupar Japuira e Escondido. Queremos o decreto de demarcação da nossa área. O prazo é de um mês”, responderam os *Canoeiros* ao antropólogo. Ao invés de encaminhar a reivindicação indígena, Célio deu cobertura à operação bélica dos fazendeiros para tirar os índios da Japuira. Durante a operação, oito aviões sobrevoaram a área indígena, enquanto várias lanchas transportavam, pelo rio Juruena, os 50 policiais, fortemente armados. Os índios foram presos e os policiais lhes tomaram arcos, flechas e rifles de caça. Padre Balduino Loebbens, da Missão Anchieta, também foi preso, acusado de incitar os índios.

“Pronto. De hoje em dia a área

está tomada”, vangloriou-se o tenente que comandou a operação. Ela foi festejada na sede da Fazenda São Marcos, quando Célio Horst distribuiu aos fazendeiros os arcos e as flechas dos índios, como troféus de guerra e comprovante de que a “operação convencimento” havia dado certo. “Tudo regado a vinho e churrasco”, segundo os *Rikbaktsa*. A Comissão de Inquérito, instalada a 13 de agosto pelo então presidente da Funai, Gerson da Silva, constatou em Cuiabá que todas as despesas de Célio Horst no Hotel Excelsior foram pagas pelo fazendeiro Luiz Tavares, apesar de Célio ter ganhado diária da Funai. Em Brasília, a Comissão descobriu ainda o telex nº 264, do Ministério do Interior ao Secretário da Segurança Pública do Mato Grosso, agradecendo pelo sucesso da operação. Comenta-se na região que Luiz Tavares, proprietário da Fazenda São Marcos, é apenas testa-de-ferro do empresário Mathias Machline — dono da Sharp e amigo pessoal do presidente José Sarney.

Nem que fiquem na Capital Federal mais dois meses, os *Rikbaktsa* estão dispostos a só sair de Brasília quando forem apuradas as responsabilidades pela violência policial contra eles. A Comissão de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil — seção do Distrito Federal, assumiu com os índios o compromisso de fazer judicialmente a denúncia contra os maus-tratos sofridos pelos *Canoeiros*.